

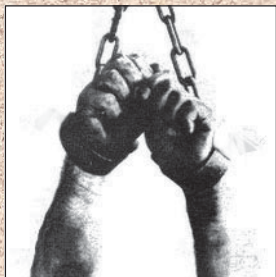
PREVIDÊNCIA E APOSENTADORIA



Sérgio Pardal Freudenthal, especialista em Direito Previdenciário e Infortunistico, fez palestra no SENGE-RJ

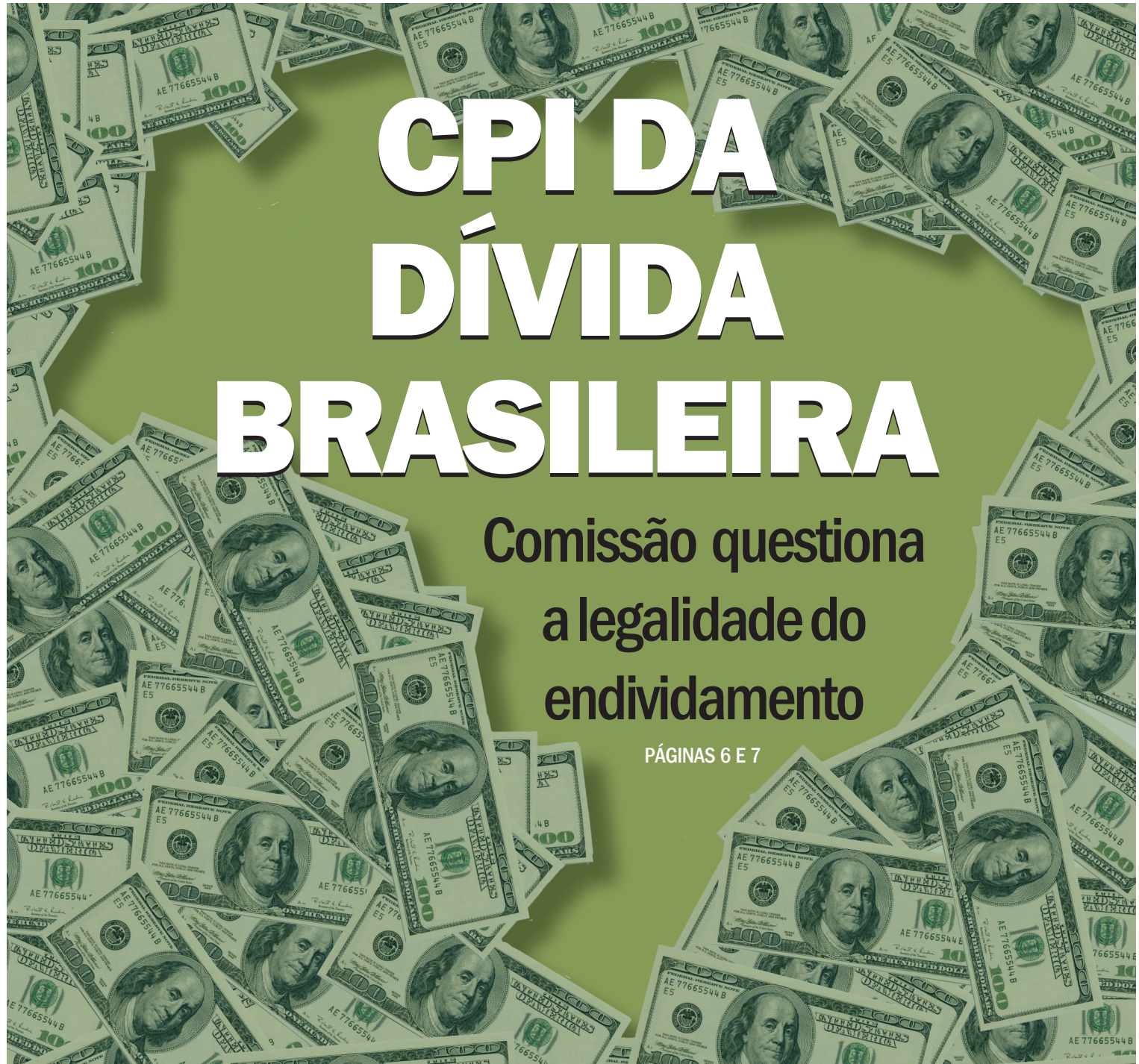
PÁGINA 8

QUEM TORTURA NÃO MERECE SER ANISTIADO



Participe da campanha, complete o formulário e envie a petição on line aos ministros do Supremo Tribunal Federal e ao Procurador Geral da República

PÁGINA 5



Julia Gaspar



Atendimento aos engenheiros de Furnas, no SENGE-RJ

Engenheiros de Furnas, enfim, têm vitória na justiça

■ Depois de 28 anos, é liberado valor incontroverso do processo da Data-Base da empresa. **Págs. 4 e 5**



A CPI da dívida no Brasil

■ Especialista garante que há ilegalidade no endividamento brasileiro e dá detalhes da dívida externa e interna

A CPI da Dívida foi instalada no Congresso Nacional dia 19 de agosto de 2009, após 21 anos de espera para o cumprimento do dispositivo da Constituição de 88, que determina a execução de uma auditoria da dívida. Maria Lúcia Fatorelli, coordenadora da 'Auditoria Cidadã da Dívida' desde 2001, membro da Comissão de Auditoria Oficial da Dívida Pública do Equador (Decreto 472/2007) e requisitada pela Câmara dos Deputados para assessorar a CPI da Dívida Pública Brasileira, afirma: "a investigação tem sido fruto de muita luta social". Ela explica que o prazo regimental da CPI é de 4 meses, podendo ser prorrogado, então a primeira etapa terminou dia 17 de dezembro, tendo sido obtida uma prorrogação por mais 60 dias, assim, a CPI está prevista para terminar dia 26 de março.

O ex-diretor e ex-presidente do SENGE-RJ, Antônio Gerson Carvalho, declara: "Já se passaram quase 10 anos da grande mobilização feita, na qual mais de 6 milhões de brasileiros votaram no Plebiscito da Dívida, com 96% deles reivindicando a necessidade da realização de uma auditoria para abrir 'a caixa preta' dessa gigantesca sangria, que é a dívida brasileira. A recente instalação de uma CPI no Congresso Nacional sobre a dívida abre a possibilidade de se ter um trabalho sério, que possa indicar o que realmente é devido e deve ser pago. O SENGE-RJ participou ativamente do Plebiscito, principalmente pela atuação do ex-Presidente Sérgio Almeida, e considero importante pressionarmos e acompanharmos o andamento da CPI".

Maria Lúcia Fatorelli fala, nesta entrevista, sobre a ilegalidade da dívida, as dificuldades no trabalho da CPI, as principais conclusões da Comissão e explica a relação entre a dívida interna e a externa. Fatorelli garante: "A CPI efetuou uma simulação demonstrando que, se as

taxas tivessem sido mantidas constantes, a dívida externa, que em 31/12/2008 alcançava US\$ 267 bilhões, estaria totalmente paga e o Brasil seria credor".

– **Como está o andamento da CPI da dívida pública na Câmara dos Deputados?**

Fatorelli – A CPI da Dívida Pública, instalada na Câmara dos Deputados em 19 de agosto de 2009, tem sido um importante passo no sentido de investigar o endividamento público brasileiro, tanto interno quanto externo. Considerando que a Constituição Federal de 1988 (Art. 26 do ADCT) prevê a realização da audito-

ria da dívida, que até hoje não foi concretizada, a CPI representa um primeiro passo que vem com 21 anos de atraso, por isso é tão importante.

SP) que também é autor do requerimento para a instalação da própria CPI. A maior parte dos requerimentos de informações foram dirigidos ao Ministério da Fazenda e ao Banco Central, solicitando cópias de contratos e demais documentos relacionados ao endividamento externo desde 1970 e interno a partir de 1987, conforme períodos definidos pelos parlamentares que integram a comissão.

Grande parte dos documentos requisitados nunca tinham vindo a público e somente o acesso a tais documentos históricos já constitui uma vitória dessa CPI.

– **Quando deve terminar a CPI?**

Fatorelli – O prazo regimental da CPI

recesso dos deputados, embora a comissão vá funcionar todo o tempo, sem recesso.

– **Quais as principais conclusões que já chegaram?**

Fatorelli – As investigações ainda estão em andamento, pois os documentos estão chegando aos poucos e a equipe de pessoas destinada a essa investigação é muito reduzida, o que significa uma grande limitação aos trabalhos.

Mas, até o momento, já foram divulgados alguns avanços das investigações feitas pela CPI:

Foi possível obter do Banco Central uma tabela com os valores recebidos a título de empréstimos externos desde 1970, bem como dos valores pagos a títulos de juros e amortizações. Utilizando-se esses dados, que, por incrível que pareça, não eram publicados com a necessária transparência, foi possível calcular o impacto da elevação unilateral das taxas de juros internacionais efetuada pelo FED (Federal Reserve Bank), dos Estados Unidos, a partir de 1979, tendo elevado as taxas dos 6% a 20,5%. A CPI efetuou uma simulação demonstrando que, se as taxas tivessem sido mantidas constantes, a dívida externa – que em 31/12/2008 alcançava US\$ 267 bilhões - estaria totalmente paga e o Brasil seria credor.

Também já foi investigado o impacto das taxas de juros internos sobre a dívida dos estados da federação que foi refinanciada pela União a partir de 1997. De acordo com a única modalidade de contrato disponibilizado pela União aos estados, foi aplicado o IGP-DI (FGV). E, de acordo com os cálculos da CPI, caso fosse aplicado o IPCA, as dívidas dos estados estariam 100 bilhões abaixo dos atuais US\$ 320 bilhões, resultado do crescimento acelerado decorrente da influência da forte valorização do dólar a partir de 1997.

Se as taxas de juros tivessem sido mantidas constantes, a dívida externa estaria totalmente paga e o Brasil seria credor

ria da dívida, que até hoje não foi concretizada, a CPI representa um primeiro passo que vem com 21 anos de atraso, por isso é tão importante.

Já foram ouvidas pela CPI pessoas que tem acompanhado o endividamento brasileiro ao longo dos anos, como Carlos Lessa, Dércio Garcia Munhoz, Sérgio Miranda e Paulo Passarinho, por exemplo, e também autoridades responsáveis pela formação do endividamento, como Murilo Portugal, Armínio Fraga e Bresser Pereira, conforme notas taquigráficas disponíveis na página da Câmara. Outros foram convidados, mas ainda não compareceram à CPI, como Delfim Neto e os atuais ministros da Fazenda e do Banco Central.

Foram elaborados diversos requerimentos de informações, a maioria de autoria do deputado Ivan Valente (PSOL-

é de 4 meses, podendo ser prorrogado. Assim, a primeira etapa terminou dia 17 de dezembro, tendo sido obtida uma prorrogação por mais 60 (sessenta) dias, somente no dia 16 de dezembro, depois de intensa mobilização de militantes do movimento "Auditoria Cidadã da Dívida" junto aos líderes de todos os partidos políticos. Infelizmente, não há vontade política de investigar o processo de endividamento brasileiro, como ocorreu no Equador recentemente, onde o próprio presidente da República se empenhou e baixou um decreto criando uma comissão com amplos poderes de investigação durante um ano. A realidade do Brasil é diferente e a investigação tem sido fruto de muita luta social e o caminho fica mais difícil e tortuoso. Com a prorrogação, a CPI deve terminar dia 26 de março, pois são descontados os dias de

Ser ou não Ser

José Amaro B. Lima*

Somos iguais reticências,
Na frase não concluída.
Somos o tempo perdido,
No triste adeus da partida.

Somos o espaço vencido,
No retorno ao ancoradouro.
Somos a doce esperança,
Do almejado amor vindouro.

Somos apenas lembrança,
De um barco já naufragado.
Somos a poça de lama,
O medo não controlado.

Somos da fomalha, a chama,
A margem do rio profundo.
Somos o céu, a montanha,
Quem sabe, a origem do mundo.

Somos o vento que assanha,
O ontem, o hoje, o amanhã.
Somos o corpo na sala,
Balas que matam no Irã.

Somos a voz que não fala,
O orvalho do amanhecer.
Somos somente aparência,
Dilema: ser ou não ser?

Somos do perfume, a essência,
O gélido aço da espada.
Somos bem e mal querença,
Cume de toda escalada.

* Engenheiro da Ampla

• A coluna “Engenharia Cultural” é destinada a engenheiros que queiram publicar poesias, contos, crônicas, histórias de vida, ou mesmo fotos em alta resolução (300dpi) sobre a cidade ou de denúncia social. Para participar, envie sua colaboração para:
imprensa@sengerj.org.br



Maria Lúcia Fatorelli, coordenadora da 'Auditoria Cidadã da Dívida', membro da Comissão de Auditoria Oficial da Dívida Pública do Equador e assessora da CPI da Dívida Pública Brasileira

Outras investigações sobre as diversas negociações da dívida externa ocorridas na década de 80 e 90, bem como os resgates antecipados realizados na década atual, estão em andamento, dependendo de documentos.

Em relação à dívida interna – que alcança a cifra de R\$ 1,8 trilhão – está havendo dificuldade em obter estatísticas desde 1987, mas já foi possível identificar que os participantes de reuniões de “analistas independentes” com autoridades do Banco Central para consultas sobre a expectativa de inflação são majoritariamente representantes do setor financeiro (bancos e gestores de fundos de investimento), justamente o segmento interessado em altas taxas. Na última reunião, realizada em setembro de 2009, dos 78 participantes cujos cargos foram identificados, 40 representavam bancos, 1 representava o FMI, 27 gestores de fundos de investimentos, 6 consultores, somente 3 do setor produtivo e apenas 1 do setor público. Tais dados evidenciam o desequilíbrio de representatividade dos diversos segmentos econômicos na definição das taxas de juros no país.

– Podemos afirmar que grande parte da dívida externa do Brasil é ilícita, como no Equador, onde 70% da dívida foi considerada ilegítima?

Fatorelli – Os processos de endividamento externo dos países latino-americanos foram idênticos sob vários aspectos.

Uma primeira ilegalidade comum, já comprovada, foi justamente a elevação unilateral das taxas de juros pelo FED norte-americano, como antes mencionado, o que inflou o estoque da dívida externa de modo ilegal, conforme instrumentos típicos do Direito Internacional – Art. 62 da Convenção de Viena e cláusula Rebus sic Stantibus, inerentes a qualquer contrato sinalagmático.

Também já foram verificadas ilegalidades denunciadas por outras Comissões de investigações antes existentes no Congresso Nacional, referentes à exigência de juros sobre juros (Anatocismo), que é proibido segundo as leis brasileiras, além de renúncias à soberania denunciadas pelo senador Severo Gomes, em 1989.

No Equador se logrou comprovar várias outras ilegalidades mais recentes, entretanto, há que se considerar que durante a auditoria realizada no Equador a equipe de investigação teve acesso direto a arquivos dos diversos órgãos responsáveis pelo endividamento público, e a profundidade dos trabalhos foi bem mais ampla que os trabalhos que estão sendo realizados pela CPI no Brasil.

Você poderia explicar a relação entre a dívida externa e a atual dívida interna?

Fatorelli – Hoje, boa parte da dívida interna encontra-se em mãos de estrangeiros que podem ingressar no país com seus dólares (cujo preço encontra-se em

queda no mundo todo) e investir em títulos da dívida que lhe garantirão a remuneração - juros – mais elevada do mundo, além de isenção do imposto de renda desde 2006. Considerando que o Brasil não aplica controle de capitais, esses atrativos à aplicação em títulos da dívida interna tem provocado o ingresso de grandes quantidades de dólares diariamente, os quais tem sido aplicados pelo Banco Central em reservas internacionais. Desse modo, ao mesmo tempo estamos aumentando o volume de reservas internacionais (que já estão em US\$ 213 bilhões) e aumentando aceleradamente a dívida interna. Ocorre que as reservas em dólares não rendem quase nada ao país, pois estão aplicadas em grande parte em títulos da dívida norte-americana cujos juros estão próximos de zero, além da desvalorização cambial, enquanto a dívida interna tem sido emitida nos últimos meses a 13% ao ano. É por isso que o Banco Central apresentou prejuízo operacional de R\$ 93 bilhões no primeiro semestre de 2009, sendo importante ressaltar que esse prejuízo foi totalmente coberto pelo Tesouro Nacional, com base na Lei de Responsabilidade Fiscal que não prevê limite para esse tipo de prejuízo.

Outro dado importante é que justamente nos últimos anos o Brasil tem resgatado antecipadamente grande parte de sua dívida externa mediante a emissão de dívida interna, provocando assim uma transformação direta da dívida externa em dívida interna, mais cara e de prazos mais curtos.

Diante disso, a relação entre a dívida interna e a externa é direta e, infelizmente, a atração a uma ou outra modalidade tem atendido, ao longo dos anos, aos interesses do mercado financeiro e não da Nação.

• Para mais informações sobre a CPI da dívida, acesse: <http://www.divid-auditoriadadivida.org.br/>